

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

17 a 24 de Janeiro de 1993 Nº71

CABO VERDE: O MPD em crise.

Enquanto o Partido situacionista Movimento Para a Democracia (MPD) é fracionado em meio à lutas internas provocadas pela sua heterogeneidade, o governo do primeiro-ministro Carlos Veiga prepara-se para inaugurar uma política econômica baseada no aumento da carga tributária e na diminuição do número de funcionários empregados pelo Estado. Os argumentos utilizados para justificar tais medidas apontam para a necessidade de evitar uma submissão futura ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Medidas relativamente austeras, agora, pensa-se, evitarão que a economia de Cabo-Verde, futuramente, seja inteiramente controlada pelo FMI.

Os episódios envolvendo a substituição do Hino Nacional de Cabo-Verde retratam o grau de desunião imperante no interior do MPD. A rejeição da proposta de substituição na Assembleia Nacional provocou manifestações de censura por parte de Jorge Fonseca, ministro dos estrangeiros e líder dos Trotskistas habitantes no MPD. Estas, não ficaram sem respostas. Imprimindo um tom ríspido e pontuado por ataques pessoais, Teófilo Silva, presidente da Comissão do símbolo, investiu contra Fonseca, desencadeando uma crise que só faz enfraquecer o Partido. Aparentemente, o fato de a autoria do Hino Nacional ser de Amílcar Cabral produziu as resistências em trocá-lo. De qualquer forma, a crise não deixa de ser fruto das divisões características do MPD.

No quadro partidário, Cabo-Verde apresenta, também, a novidade representada pela associação política espaço democrático (ED). É muito provável a transformação futura desta estrutura em um partido político. Onésimo Silveira, presidente da Câmara Municipal de São Vicente, será o principal nome desta terceira força, em condições reais de disputar eleições majoritárias. A superação do bipartidarismo pode ser encarada, neste momento, como um fato quase inevitável.

NESTA EDIÇÃO:

Querela sobre o Hino Nacional
deflagra crise no MPD.
p.09

Ataques da UNITA ameaçam regiões petrolíferas
p.08

Renamo avança para a legalidade
p.12

Ademais das crises internas do MPD e do enfraquecimento do primeiro-ministro Carlos Veiga, verifica-se na conjuntura de Cabo-Verde, ainda, a presença atuante do PAICV. Seja através dos militantes ocupantes de cargo no Estado ou da ressurreição de Pedro Pires, o PAICV permanece sendo um incômodo adversário para o partido situacionista.

Contudo, diante das inúmeras crises ameaçando dividir de forma inconciliável o partido, constata-se que o principal adversário do MPD é o próprio MPD. O Partido é tão heterogêneo que torna-se inviável definir uma linha de atuação consistente. Desta forma, a própria estabilidade do governo Carlos Veiga é abalada. (pag. 9 a 11) RAF

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEAA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembleia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

ANGOLA: A UNITA terá que se entregar ao pluralismo democrático, e não ser eliminada. O país terá que seguir uma tendência contemporânea.

Enquanto o governo angolano combate internamente as forças da UNITA, o ministro do Interior, André Pitra "Petroff", continua o reforço da política de cooperação técnico-militar com Espanha e Portugal. O objetivo é formar cerca de 30 mil agentes e oficiais reconhecidos como "ninjas" ou polícia antimotim que, segundo "Petroff", é garantidora da legalidade, das instituições, das liberdades democráticas e individuais dos cidadãos angolanos. Por outro lado, o corpo da organização militar UNITA continua a sofrer de deficiências. Fala-se que o próximo será o general Demóstenes Chilinguita. Segundo o escritor angolano Manuel Rui Monteiro, diz-se em Luanda que "a linha antimilitarista quer ocupar os lugares no Parlamento e no governo, e tem plena consciência de que a UNITA jamais chegará ao poder pelas armas" (p.01)

Quanto aos rumores de ilegalização da UNITA, acreditamos que não há como nem porquê. É preciso, sim, neutralizar os políticos e militares extremados e suas posições intransigentes, sejam da UNITA ou do MPLA. Se o desejo é implantar o pluralismo democrático, junto com as demais forças políticas, a UNITA é imprescindível por ser a principal força de oposição. No entanto, é necessário que se busque mecanismos para atrair e transformar a UNITA em Partido político — sem exército —, num potencial representante dos 40% do eleitorado consagrado nas eleições gerais de 29 e 30 de setembro último. Também a estratégia governamental de tentar isolar a UNITA internacionalmente, procurando assim diminuir o seu potencial militar e diplomático, talvez não produza qualquer expectativa positiva. Como a Renamo em Moçambique, a UNITA, mesmo que não obtenha vitória militar, pode com Savimbi (seu velho e incansável guerrilheiro) e sua "máquina de guerra" destruir e paralisar o país.

Na última semana, Savimbi recusou qualquer encontro entre os seus generais e os do governo enquanto não forem resolvidas questões de natureza política, como: o estabelecimento de negociações globais; a presença no terreno de batalha de uma força da ONU de "capacetes azuis" para garantir o cumprimento do cessar-fogo; a garantia de absoluta segurança para os negociadores da UNITA, entre outras condições. E, enquanto isso, fatos concretos se sucedem como os movimentos das tropas e armamentos nos sucessivos combates. Contrariamente, as vozes da ONU, da OUA e dos

observadores internacionais parecem fracas e abafadas. Por outro lado, o marrocos de Hassan, o Zaire de Mobuto, a Costa de Marfim de Houphouët Boigny e a África do Sul — os EUA nos deixam à espera da aceleração do governo Clinton —, aliados externos de Savimbi, continuam jogando cartas e interesses decisivos no fogo cruzado angolano.

E entrevista reproduzida em parte pelo jornal PÚBLICO, Savimbi cada vez mais demarca seu discurso com traços étnicos, raciais e regionais, afirma defender "o seu povo" ou o "nosso povo", pois o Huambo "é não só o nosso bastião étnico, mas também é a nossa região, que nunca poderemos ceder a ninguém". (p.3). Com tudo isso, por mais que reafirme a disposição para negociação, parece confirmar uma insaciável disposição para a guerra ou para reinar absoluto em regiões conquistadas. A segunda maior cidade angolana, Huambo, por ser considerada estratégica pelos beligerantes foi palco de violentos combates na semana passada.

Uma "solução negociada" para o conflito militar tornar-se mais urgente com os rumores de que tropas de elite da UNITA estariam no norte de Angola ocupando posições de combate nas províncias de Cabinda, Lunda-Norte, Uíge e no município de Soyo. Assim, se acentuaria a estratégia da UNITA de manter a escalada de controle sobre a maior parte do país e, segundo Savimbi, "onde doi mais": infra-estruturas, diamantes, petróleo. O preço da guerra torna-se cada vez mais alto.

A UNITA parece tentar reagrupar as suas forças ao redor das capitais de província. Segundo algumas vozes, as forças de Savimbi controlariam 110 dos 166 municípios e o governo 7 (Benguela, Huíla, Namibe, Cunene, Malange, Kuanza Sul e Lunda-Norte, além das capitais de Cabinda, Lunda-Norte e Lunda-Sul) das 18 províncias do país. Desta forma, mesmo com as últimas vitórias das forças governamentais, a intensa e contínua movimentação das tropas da UNITA visando dominar pontos estratégicos, como a cidade petrolífera de Soyo, localizada no Sul de Cabinda e onde se concentra 1/3 da produção de petróleo do país, pode passar a demonstrar alguma inviabilidade de uso da aviação governamental para a reconquista no terreno militar de posições dominadas pelas forças de Savimbi.

Para alguns observadores diretos do conflito angolano, nenhuma das duas forças pode controlar militarmente o país. Mas, infelizmente, parece que a busca de qualquer solução militar terá que se esgotar para que os vizinhos voltem a requestrar o caldo das negociações políticas, diplomáticas e militares. Haverão de encontrar um canal que possibilite integrar todos os angolanos num projeto nacional de paz, desenvolvimento e democracia, demonstrando a todos que qualquer solução não será "africana" ou dos "pretos", mas que Angola quer seguir uma tendência contemporânea. (p.1-8) EB

Estes rapazes estão malucos

Manuel Rui Monteiro*

PÚBLICO
DOMINGO, 17 JANEIRO 1993

Da forma como esta paz híbrida se introduziu no dia-a-dia das pessoas, esta paz odiada, pode falar-se que a UNITA continua a conseguir impor o seu machado de guerra, mesmo quando perde, batalha a batalha. Um machado, aliás, nesse particular, consequente.

Na campanha eleitoral, Savimbi apregoava que formaria governo houvesse o que houvesse. Outro alto dirigente da UNITA, perguntado, em conferência de imprensa, "E se a UNITA perder as eleições?", respondeu: "Jamais a UNITA perderá as eleições. Se perder, é porque houve fraude." Tudo isto enquanto Moco, do Êrme (MPLA), respondia que, se perdesse, iria preparar-se para ganhar cinco anos depois. Mas pior foi o falecido Salupeto ter afirmado, "vis-à-vis" com os "mediatistas", que, se os resultados eleitorais fossem publicados, iria haver guerra!

E aí está a guerra, espalhada por quase todas as províncias. Aí está a coerência do digo e faço.

Interessante é que a UNITA não pode estar só. Ela joga num estádio atestado de público. Os aplausos são apenas dos que não aceitam, realmente, a posição da UNITA, o antijogo, a violência. Mas há os

adeptos da UNITA que sentem vergonha de aplaudir o flagrante antijogo. Não batem palmas. Mas sustentam a equipa, dão os prémios de jogo e, sempre que possível, corrompem o árbitro e muito mais a imprensa, para que esta diga que não é antijogo da UNITA, mas uma questão das duas partes e, principalmente, africana, isto é, de "pretos". Ora, se o Jonas é que dá fintas mais pretas... é por aí que deve seguir o sentido da história de África em desenhos branquinhos.

Entretanto, em Luanda fala-se na linha militarista e antimilitarista da UNITA. E diz-se que a linha antimilitarista quer ocupar os lugares no Parlamento e no Governo e tem plena consciência de que a UNITA jamais chegará ao poder pelas armas.

Também, não obstante o incremento de ataques sucessivos às cidades capitais,

Tudo contabilizado no tempo, Savimbi terá lutado pela democracia fazendo guerrilha, apoiado, principalmente, pela África do Sul, onde a democracia ainda está para chegar... e, chegado à democracia, porque perdeu as eleições, impõe a guerra contra a democracia.

o certo é que a UNITA tem sido sucessivamente expulsa e com o pesado fardo dos reveses.

Quando, agora, parecia que a batalha do Bié seria decisiva para os intentos de Malheiros (Savimbi), dois dos seus maiores generais romperam e chegaram a Luanda com família, malas e bagagens. Entre os sob custódia nos hotéis de Luanda, instalou-se um inusitado espanto de como aqueles "maninhos" durões haviam deixado Savimbi e sua dureza...

Porém, o povo começa a desdenhar de tudo o que é democracia, por esta triste experiência de paz em que já morreu mais gente do que nos 16 anos de guerra. Desdém, desmobilizante, que interessa a todo o intento ditatorial. Quer dizer que, por aí, Savimbi também soma pontos quando impõe o desencanto da experiência democrática e a tristeza aos militantes do vencedor.

Tudo contabilizado no tempo, Savimbi

terá lutado pela democracia fazendo guerrilha, apoiado, principalmente, pela África do Sul, onde a democracia ainda está para chegar... e, chegado à democracia, porque perdeu as eleições, impõe a guerra contra a democracia.

Pior do que tudo isto é a tentativa de encostar o Governo às "boxes" pelo exercício do terror e da destruição. Suas tropas entram numa cidade e começam a destruir, depois acalmam, sem que, em nenhuma vez, tivessem instalado o mínimo de administração. Depois as tropas do Governo obrigam-nos a sair. E a UNITA, antes de abandonar a cidade, sempre que possível, completa a destruição.

Dizia-me um mais velho umbundo, do Huambo, cidade onde Savimbi se acota: "Os colonos pensaram estas cidades. Estas casas. Eu trabalhei de pedreiro. O cinema Ruacanã, quando era Nova Lisboa, tem muito tijolo que pôs a minha mão. As cidades eram bonitas. Havia jardins. Lojas. Agora, a única coisa que ele sabe fazer é partir as cidades. Se um colono mais velho, do meu tempo, chegasse aqui e visse isto, ia mesmo falar que estes rapazes estão malucos."

De S. Paulo de Luanda

* escritor angolano residente em Lisboa

Ministro angolano do Interior confirma receptividade de Lisboa

ALBU

Luta contra o terrorismo ensinada pelos GOE

PÚBLICO

SÁBADO, 16 JANEIRO 1993

Nuno Ribeiro
em Madrid

Os Grupos de Operações Especiais (GOE) da Polícia de Segurança Pública deverão treinar agentes angolanos na luta contra o terrorismo, revela ao PÚBLICO, em Madrid, o ministro angolano do Interior e chefe da Polícia de Angola, André Pitra "Petroff". "Tendo em conta a situação que o meu país vive e a preocupação de prevenir o delito, houve receptividade de Lisboa a que formemos na GOE os nossos agentes anti-terroristas", adiantou o responsável de Luanda, que, durante quatro dias, manteve

contactos em Madrid, incluindo um encontro com Felipe González.

Sobre os resultados da sua estadia, na semana passada, em Lisboa, Pitra "Petroff" destaca a questão da formação de agentes nos campos da ordem pública, trânsito e polícia judiciária: "Analisámos também a possibilidade de uma assessoria à Escola Nacional da Polícia de Angola", adianta. E mostra-se satisfeito: "A minha visita a Portugal foi positiva. Alargaram-se os contactos e encontrei nos Ministérios da Defesa e da Justiça uma disponibilidade para cooperar."

O ministro angolano afirma não existir contradição entre a cooperação com Portugal e o apoio que a Espanha vem dando à formação da Polícia: "Não há contradição nenhuma, mas sim complementaridade." Sublinha, aliás, que o eixo da formação da Polícia angolana será em Portugal e Espanha, por questões de língua e de experiência.

De Madrid, Pitra "Petroff" recebeu também garantias: "Vai haver um reforço da cooperação até atingirmos o objectivo, que é a formação de 30 mil agentes e dos oficiais necessários para os enquadrar."

"O que nos interessa não é fundamentalmente o armamento, que, desde que haja dinheiro, se pode comprar em qualquer sítio, mas o factor humano", sublinha o ministro angolano. "Durante 16 anos vivemos numa sociedade monopartidária e precisámos, agora, de uma nova Polícia, com uma mentalidade democrática, que saiba defender a legalidade, as instituições e as liberdades individuais dos cidadãos."

Na base deste postulado, segundo o dirigente angolano, em Madrid foram

acordados os princípios e, agora, há que esperar pelo seu desenvolvimento, "o que depende das capacidades de Espanha e da situação geopolítica". "A Espanha, pese embora as críticas de alguns países europeus e de alguns sectores portugueses, contribuiu para que haja democracia em Angola", sintetiza.

O reconhecimento de Luanda pela posição do Governo espanhol foi, aliás, o tema do encontro, na quinta-feira passada, de Pitra "Petroff" com Felipe González: "Fui portador de uma mensagem verbal e escrita do meu primeiro-ministro agradecendo a cooperação e manifestando o desejo de a intensificar." O horizonte para que os novos projectos debatidos em Lisboa e na capital espanhola passem à prática é de três meses: "Pretendemos que no final do primeiro trimestre haja uma decisão."

Quanto ao número de efectivos da policia antimotim, os "ninjas", o responsável angolano

adianta que actualmente são cinco mil, formados "pelos oficiais treinados em Espanha [60 em Fevereiro de 1992]", e refuta a existência de um sistema de vasos comunicantes entre o exército angolano e a nova força: "É falso. Rejeito categoricamente que haja qualquer mistura entre 'ninjas' e exército, pois a Policia não foi formada para combater o exército da UNITA, mas, sim, constituída numa altura em que a criminalidade era muito violenta em Luanda."

"A UNITA tem papel importante"

Do mesmo modo, o ministro do Interior de Angola recusa a acusação a Luanda de, aproveitando o não reconhecimento dos resultados eleitorais por Jonas Savimbi, estar a proceder à limpeza de dirigentes da UNITA: "O Governo angolano sempre confiou nas organizações internacionais. Já durante as conversações de Bicesse denunciámos o comportamento da UNITA, a existência de um exército de reserva, de 25 mil homens, e que o processo eleitoral decorreu com algumas áreas sob o controlo deles, como o Norte do Uíge, em violação dos acordos de Bicesse; antes dos confrontos do Huambo, protegemos os generais Wyo e Nunda, o brigadeiro Pilatos está sob a nossa custódia e não há intenção, não pode haver, do Governo de Luanda de os eliminar."

O futuro, segundo "Petroff", tem de ser necessariamente a paz: "Penso que quem pugne pela guerra está condenado antecipadamente. Os actuais confrontos com o exército da UNITA são para defesa da população, não é uma guerra declarada contra a UNITA."

O governante angolano acu-

sa ainda a Africa do Sul de apoiar a UNITA: "Pretória não pode defender agora a resolução dos problemas angolanos fora do processo de Bicesse. O nosso povo provou que é possível viver em democracia, escolheu o MPLA, mas não deixou a UNITA de fora." Sobre este aspecto, André Pitra "Petroff" adianta: "Pensamos que a UNITA, uma UNITA como partido, dentro dos parâmetros da lei constitucional, sem exército, tem um papel muito importante a desempenhar no quadro democrático do nosso país."

Quanto às relações com os Estados Unidos, o ministro angolano destaca as declarações do representante norte-americano em Angola: "Apesar de criticar algumas atitudes da policia, no que poderá ter razão, reconheceu que o principal responsável da actual situação é a UNITA."

Maria Antónia Palla

PÚBLICO DOMINGO, 17 JANEIRO 1993

Em Angola, Portugal apoia a paz ou a guerra?

Em Portugal, indignamo-nos com o sacrificio dos estudantes em Tiananmen, afligimo-nos com o que se passa na Bósnia, tardiamente, é certo, vertemos lágrimas por Timor. Tudo isso é normal. Menos normal é a indiferença (quantas vezes, até, um mal disfarçado gozo) com que assistimos à tragédia de Angola.

Os massacres de Luanda, agora repetidos um pouco por toda a parte e eufemisticamente designados por "combates", mesmo quando as imagens só mostraram vítimas de um só lado, passaram em silêncio, quebrado por algumas vozes incómodas que se não resignaram a aceitar como uma reacção natural do poder a perseguição sistemática e violenta do adversário, vencido nas urnas, quando legitimamente impugnava as eleições, reconhecidamente irregulares ou fraudulentas.

Corpos de civis assassinados nas ruas ou em suas casas, prisioneiros abatidos a sangue-frio à beira de valas, sedes de organizações políticas destruídas, deputados eleitos exibidos como animais de circo num parlamento em que o maior partido da oposição não teve assento porque os seus dirigentes e militantes estão mortos, presos ou perseguidos: é com o Governo responsável por esta situação que Portugal negocia acordos e formas de cooperação, marcando lugar entre a concorrência internacional ao

condenar as vítimas em vez dos carrascos?

As relações de Portugal com as suas antigas colónias são complexas. O saudosismo colonialista e a má consciência pela colonização aliam-se numa subtil forma de racismo que serve admiravelmente os interesses neocolonialistas das diversas "es-

querdas" e "direitas" nacionais e internacionais. Daí a espúria aliança que, neste caso, se verifica em Portugal entre gonçalvistas e cavaquistas, sem esquecer os socialistas desorientados, que continuam em busca de um caminho próprio.

Formalmente, reconhece-se a independência e a soberania dos novos Estados africanos, mas continua-se a negar aos povos o direito às liberdades fundamentais, talvez porque no íntimo se continue a repetir a interrogação do primeiro cronista que chegou àquelas paragens: sendo pretos, serão gente?

É nesta linha que se entende que a recente visita do ministro do Interior de Angola a Lisboa, onde passou uma semana a

negociar a formação de "forças policiaes" em unidades portuguesas, não tenha merecido reparo. Do mesmo modo, ninguém protestou contra o facto de o ministro ter afirmado que alguém poderia estar preso por opiniões "ético-culturais" ou outras.

A verdade é que a policia antimotim, vulgarmente conhecida por "ninjas" e criada à revelia dos acordos de Bicesse, incorpora tropas especiais do MPLA, oficialmente desmobilizados e capciosamente mantidos no activo.

A UNITA denunciou este facto há muito. Clamava ainda pelo aquartelamento dessas forças, ao menos nos dias das eleições. Tivesse a mediação internacional e as Nações Unidas sustentado essa reclamação (a par de outras que foram feitas e que, atendidas, teriam garantido a transparência do processo eleitoral), e o clima de intimidação e de suspeição não teria chegado ao rubro. E, então, outra poderia ter sido a reacção da oposição angolana aos resultados das eleições.

Mas a mediação, talvez porque tivesse já tomado partido, não o fez. Portugal jogou em águas turvas. E agora, depois de Espanha, parece disposto a alimentar, através da cooperação técnico-militar (uma das modernas formas de colonialismo), uma guerra civil que se anuncia sangrenta e duradoura. Óptima para o negócio do armamento. E outros.

Os problemas que opõem o MPLA à UNITA são demasiado complexos e, por isso, não se resolvem pelas armas nem pelo terror, mesmo que o Governo angolano leve por diante a sua política de genocídio político e étnico. Angola terá de se encontrar ela própria, reavaliando a sua imensidão e diversidade.

Ao apoiar abertamente uma das partes e condenando a outra, o Governo português invalida o papel de mediador que pretendeu assumir e não cumpre, sacrificando à efémera colaboração entre Estados a perdurável cooperação entre povos. E a oposição compromete-se, com o seu silêncio, nesta opção fatídica.

Os homens não podem modificar a História, mas cumpre-lhes tecer o futuro. O que se joga agora em Angola não diz apenas respeito aos angolanos: tem a ver com a África, com o mundo inteiro, com a velha crença que une todos os que, em nome de Deus ou da razão, defendem que os homens nascem e devem permanecer livres e iguais. ■

UNITA recupera Huambo

Fernando Sousa

Huambo voltou a cair nas mãos da UNITA que ontem atacou a região petrolífera do Soyo e está a concentrar tropas de elite junto à fronteira com o Zaire. O Governo voltou a rejeitar um encontro entre Eduardo dos Santos e Savimbi no estrangeiro. Aliás, nem se sabe onde este está.

Forças da UNITA recuperaram ontem o controlo do centro da cidade de Huambo (ex-Nova Lisboa, centro do país) na sequência de violentos combates cujo número de vítimas permanecia indeterminado ao fim da tarde, anunciaram, em Luanda, fontes de organizações humanitárias ocidentais.

Considerada estrategicamente vital pelos beligerantes, Huambo, capital da província do mesmo nome, foi bombardeada por aviões Mig e Su-23, que centraram os ataques à casa anteriormente ocupada pelo dirigente da UNITA, Jonas Savimbi, disseram à AFP aqueles funcionários, que contactaram com a cidade através de rádio.

Um responsável estrangeiro da Missão das Nações Unidas em Angola (UNAVEM) ficou ferido durante os recontros. A Missão da ONU ordenou a evacuação de todo o seu pessoal. Uma delegação da OUA (Organização de Unidade Africana) que pretendia chegar ao Huambo para se encontrar com Savimbi foi desaconselhada, pelos actuais ocupantes, a fazê-lo por "motivos de segurança".

A recuperação do centro da cidade por forças da UNITA ocorreu no mesmo dia em que o Ministério da Defesa angolano afirmou que as suas forças controlavam totalmente a cidade. Luanda reivindicara no sábado a captura e ocupação do centro de Huambo, o que fora confirmado por fontes militares das Nações Unidas.

O paradeiro de Savimbi continuou ontem envolto em mistério. Segunda-feira, o próprio disse aos microfones da Vozgana, a emissora do partido, continuar no Huambo, mas o Ministério da Defesa desmentiu a informação, para depois afirmar que afinal não sabia dele. Ontem, a rádio oficial anunciou que o líder da UNITA estava em Kinshasa para se encontrar com os Presidentes do Zaire, Mobutu Sese Seko, e da Costa do Marfim, Houphouët-Boigny.

Combates de Norte

Violentos combates ocorreram ontem também em Mbeza Congo, província do Zaire, noroeste do país, noticiou a rádio oficial angolana. Uma fonte militar contactada pela agência Lusa, em Luanda, confirmou os confrontos. Cinco plataformas petrolíferas teriam sido destruídas em Picotados, cerca de 20 quilómetros do Soyo, a segunda região de exploração petrolífera mais importante de Angola.

Luanda não referiu qualquer número de vítimas, acusando entretanto o Exército zaireense de estar a concentrar efectivos ao longo da fronteira entre os dois países. As autoridades de Kinshasa negaram qualquer envolvimento no conflito do país vizinho.

Fontes militares governamentais citadas pela AFP disseram ainda que a UNITA está a concentrar tropas de elite no Norte de Angola. Estes contingentes, segundo as mesmas fontes, teriam sido formados em campos de treino zaireenses e estariam a ocupar posições de combate nas províncias de Cabinda, Lunda-Norte e Uíje.

Entrevistado pela TSF (ver entrevista na página ao lado) segunda-feira à noite, Jonas Savimbi admitiu que os combates poderiam estender-se a pontos economicamente importantes como os centros petrolíferos e diamantíferos angolanos.

Confrontos registaram-se igualmente em Luena, província do Moçico, onde combates durante o fim de semana causaram pelo menos 150 mortos entre os beligerantes, e no Cuíto, província do Bié, onde forças governamentais repeliram uma ofensiva da UNITA matando pelo menos 14 pessoas. Forças da organização de Savimbi dirigiram-se também para a Jamba, tomando posições de combate.

Luanda rejeita cimeira no estrangeiro

O aumento da tensão militar acompanhou entretanto a rejeição, por parte do ministro dos Negócios Estrangeiros angolano, da possibilidade de um encontro, em Genebra, entre Jonas Savimbi e o Presidente José Eduardo dos Santos. "Se Savimbi está em Angola, qual a razão de termos com ele um encontro num país estrangeiro", perguntou Venâncio de Moura, classificando a proposta de "despropositada".

"Já é hábito a UNITA aceitar ou propor encontros quando está a fraquejar", sublinhou o chefe da diplomacia angolana, reafirmando a vontade do seu Governo em dialogar desde que seja no país.

Conciliadores mostraram-se, por outro lado, os dirigentes da UNITA que se encontram

"sob custódia do Governo angolano", durante uma conferência de Imprensa, em Luanda, durante a qual propuseram uma "solução negociada" para o conflito militar.

O encontro com os jornalistas iludiu as expectativas dos que supunham uma retratação comum do general Wambo, Abel Chivukuvuku e Carlos Morgado. Chivukuvuku confirmou, em nome dos três, a sua vontade de se manterem "militantes firmes da UNITA, quaisquer que sejam as condições que se desenhem", embora disponíveis "para servir incondicionalmente a causa da paz e da democracia". Jonas Savimbi e Eduardo dos Santos foram os destinatários de um apelo a "um imediato cessar-fogo".

Ausência notada foi a de Carlos Morgado, antigo médico pessoal de Savimbi e muito próximo do líder, que chegou a ser dado como morto. O porta-voz do grupo disse que ele deu baixa ao hospital, por motivos de saúde, mas que até ao fim do encontro estaria presente. ■

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 13 JANEIRO 1993

Savimbi à TSF

EM PLENA batalha do Huambo, a segunda maior cidade de Angola — onde se refugiou logo depois de acusar o Governo de Eduardo dos Santos de fraude eleitoral —, Jonas Savimbi decidiu falar ao mundo. Durante 50 minutos, o líder da UNITA respondeu em directo, na segunda-feira à noite, a perguntas dos jornalistas João Gabriel e Paulo Guerra, da TSF. Ideias principais, numa montagem temática da responsabilidade do PÚBLICO:

Guerra e paz

"(...) Sabe que eu até sou conhecido aqui em Angola como o muata da paz, eu coloco em primeiro lugar as conversações e o diálogo. Mas, empurrado à guerra, tenho de defender o meu povo. (...) Concordámos [na direcção militar da UNITA] na estratégia única, que consiste: fazer tudo para negociar, mas também fazermos tudo para defender o nosso povo. (...) Nada devia ser descurado para que os angolanos conversassem. É importante e é imperativo. Se os outros não querem e pensam que com os seus tanques e os seus aviões nos empurram para fora do país, a minha tropa toda já apanhou a mensagem: (...) a tropa tem de resistir. (...) Eu até não estou [em situação de fraqueza]. Eu até é que

controlo mais parte do país. (...) Quem controla mais municípios, quem controla mais gente, somos nós. E temos a intenção de manter esse controlo."

Diamantes e petróleo

"(...) Não há ninguém que varre ninguém... Até o [ministro do Interior] Petroff, que é o chefe da polícia, diz que de 190 municípios, a UNITA controla 110. (...) Queremos bater onde dói mais. Não haverá petróleo, não haverá diamantes, não haverá nada. (...) Será a guerra. Pagam o preço da ousadia e da arrogância. O que nos custa mais a nós é a morte do Chitunda, nosso vice-presidente, e do Salupeto. Se quiserem conversar, podemos esquecer. Se não quiserem, esses têm de ser vingados. (...) Mas como é que podem matar o Chitunda, como é que podem matar o Salupeto, sem a Nação reagir?"

Moderados e radicais

"Se eu fosse [da ala radical], isto estaria a explodir já há muito tempo. Mas, quando alguém diz que eu estou indeciso, diz a verdade. Quando diz que eu estou abalado, também diz a verdade. Mas, abalado e indeciso, é procurar a mediana para que não se tomem posições extremas. (...) Se o MPLA nos permitir uma porta de saída, eu penso que os moderados serão a maioria. Se o MPLA insiste na guerra, os homens da guerra serão a maioria. (...) A guerrilha tem mais gente que não estudou, que tem perigo sobre o seu futuro. Estes, gostariam muito da guerra. Se o MPLA comete o erro de encorajar quem quer fazer a guerra, são quase 70 por cento. (...) "

Casa Branca

"[O Huambo é] não só o nosso bastião étnico, mas também é a nossa região, que nunca poderemos ceder a ninguém. (...) Tentaram com a aviação e tentaram também tomar a casa pelos tanques. Falharam. (...) Fico aqui no Huambo todo o tempo. (...) [Há] centenas e centenas [de mortos]. (...) Agora estão a pedir a ajuda de Luanda, de Benguela e de Menongue. Não vão conseguir. E o senhor [general] Ekuikui (...) que é o chefe dos anti-motins, é um grande ordinário, é um analfabeto."

Eduardo dos Santos

"O José Eduardo dos Santos tem muita mania (...) de ser Presidente da República. E não é. Primeiro: não conseguiu os 51 por cento. Então, agora temos de fazer a

segunda volta. Se eles não aceitam, está fora da lei constitucional. (...) Estou pronto [para um encontro com Dos Santos] Sempre. Só não em Luanda e nunca. [Em] Genebra. E até não sou eu que sugiro. É o secretário-geral das Nações Unidas. (...) Não dói eleito: 49,40. É preciso a segunda volta. Está na Constituição do MPLA e também está nos acordos de Bicesse."

Clinton

"Condenaram um dia [a UNITA] Mas, depois, quando eu falei para a América, a última comunicação foi muito mais favorável à UNITA e condenava o MPLA. Foi há três dias. (...) Dizia que o MPLA, ao atacar e ao matar as pessoas no Lubango, (...) está a querer guiar situações favoráveis para, nas negociações, estar em posição de força. Foi muito equilibrado. (...) O MPLA está a contar muito com a Administração Clinton. Não vão-lhe dar nada. Foram antigos comunistas, são comunistas... a América terá o cuidado de ver onde é que está a razão."

Durão Barroso

"Em cada circunstância, dizia o Churchill, há uma posição. Isso [ressentimentos para com o Governo português] já passou. (...) Quero renovar a minha confiança no ministro dr. Durão Barroso. Se eu disse uma ou outra palavra má, é no abalo da situação das eleições. Mas ele conhece-me bem. Não estou arrependido, mas gostaria que ele compreendesse que ainda o admiro e estimo."

Cavaco Silva

"O primeiro-ministro [Cavaco Silva] quer a paz. (...) Seja qual for a minha diferença com ele, o primeiro-ministro não quer a guerra. (...) Se atribuí ao primeiro-ministro a intenção de fazer a guerra, então eu recuo. Ele não quer a guerra, quer a paz, sempre quis a paz."

Mao

"(...) Aprendi muita coisa com ele. Então, eu também não evolui? E tenho evoluído. Também os políticos portugueses não evoluíram? Eu estive em Portugal em 58/60. Tudo era pelo Salazar, menos alguns. Mas agora também evoluíram todos. Temos de evoluir."

Morgado e Fátima

"(...) Foi meu médico. Não era político, tentei tudo para trazê-lo para a arena política, nunca aceitou. Fico também muito embasbacado: como é que a doutora Fátima Roque não pode sair? (...) É

uma professora, é uma doutora, que ensinou em Portugal. Optou pela UNITA, mas ninguém devia pensar que seria a Fátima Roque a preparar um golpe de Estado. E por que é que não sai? Morreu o seu pai há pouco tempo. O Carlos Morgado, com a mãe que se encontra no Porto, único filho, médico, que veio ter connosco para combater pela sua pátria (é branco, mas é de Luanda), que mal tem? O médico preparou também o golpe de Estado? Porque é que Portugal se cala sobre esses casos?"

Portugueses

"Ainda não tenho nenhuma informação [sobre os dois portugueses desaparecidos em território controlado pela UNITA]. Mas se tiver, como libertei portugueses no Cafunfo, como libertei portugueses no Capanda, quando eu tiver informações, farei a mesma coisa. (...) Estou a enviar todos os esforços para que, se for verdade, sejam libertos. (...) Irei enviá-los imediatamente para poderem partir, para se juntarem às suas famílias. [Comprometemo-me] Absolutamente. Eu chamo-me Jonas Savimbi." ■

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 14 JANEIRO 1993

UNITA cerca pelo Norte

A cidade de Mbanza Congo, situada na província do Zaire (Norte), uma zona petrolífera considerada estratégica pelos beligerantes angolanos, caiu em poder da UNITA, anunciou ontem, em Lisboa, o representante da organização de Jonas Savimbi.

"Capturámos enormes quantidades de material de guerra e causámos pesadas baixas ao inimigo, entre mortos e feridos", disse a mesma fonte, citada pela Reuter, precisando que os combates pelo controlo da cidade arrastaram-se por mais de 22 horas.

A emissora oficial angolana anunciara antes que veículos militares do Exército do Zaire, transportando comandos zairenses e mercenários brancos penetraram no território de Angola, mas a notícia não foi confirmada por fonte independente.

O delegado da UNITA em Lisboa disse também que a organização capturou um comboio de 28 vagões e três tanques T-55, de fabrico soviético, perto do Lobito. Acrescentou que o veículo se dirigia com reforços para Huambo, no Planalto Central.

A situação em Huambo, recuada terça-feira por forças da UNITA, permanecia ontem confusa. As forças governamentais diziam dominar parte da cidade, mas a Vorgan, a rádio da UNITA,

afirmava, a partir da Jamba, que era esta a dominá-la.

William Tonel, correspondente da SIC, disse do Huambo que a Casa Branca, o quartel-general de Savimbi, não existe desde domingo, que foi completamente destruída, e que o líder se refugiou em Tchikala-Tcholo-hanga, a meia centena de quilómetros. Acrescentou que as forças governamentais controlam parte da cidade mas que a UNITA resiste no bairro de São João.

A representante da ONU em Angola, Margaret Anstee, classificou de "crítica" a situação em Huambo. Responsáveis das Nações Unidas e da Cruz Vermelha (CICV), em contacto com Luanda, temem que se agrave. A ONU está a evacuar todo o seu pessoal e a CICV o "não essencial".

Objectivo estratégico e simbólico [Savimbi] refugiou-se na cidade após recusar os resultados das eleições de Setembro para os beligerantes, Huambo esteve submetida de madrugada a violentos bombardeamentos. Aviões MiG flagelaram posições da UNITA que respondeu com armas pesadas. Fontes da ONU e do CICV dizem que é impossível andar nas ruas ou até utilizar o aeroporto.

Os confrontos estenderam-se à província de Cuando-Cubango, no sudeste de Angola, onde Menongue, a capital, foi cenário de violentos confrontos durante os quais se registaram centenas de mortos, disseram fontes militares citadas pela agência Lusa. Menongue, segundo o comandante militar da UNITA, o general Ben Ben, citado pelo representante de Savimbi em Lisboa, estaria "em chamas". Confrontos muito violentos ocorriam ontem à noite.

Dividir os homens de Savimbi

A possibilidade, admitida pelo ministro dos Negócios Estrangeiros angolano, de um encontro, fora do país, entre os chefes militares das forças governamentais e da UNITA, apareceu ontem como uma tentativa de compromisso em relação à recusa de um encontro de alto nível, em Genebra, sugerido por Jonas Savimbi.

Venâncio de Moura — que se reuniu, em Luanda, com Margaret Anstee, o embaixador português, António Monteiro, e o representante dos Estados Unidos, Edmond Dejarnette — propôs as cidades de Lusaka, Adis Abeba e Windhoek para o encontro.

Mas o dirigente da UNITA quase mereceu a classificação de "inimigo público número um" no comunicado ontem emitido pelo Comité Central do MPLA. A UNITA em si "não é ilegal, como o não são os seus militantes, sendo-o apenas o seu líder, Jonas Savimbi, e o seu grupo militarista, cujas acções não podem mais ser toleradas", diz a nota, a primeira onde aquela instância tenta separar as águas.

"A defesa das populações e do património públi-

co e privado pelo Governo e as Forças Armadas não deve ser confundida com uma intenção de eliminação física da UNITA", sublinha-se.

A responsabilização total do dirigente pelos males da presente situação do país aparece particularmente expressa: "Jonas Savimbi e a sua ala radical são ainda responsáveis pelas causas da grave crise que flagela o país, sobretudo depois das eleições de 29 e 30 de Setembro, por ter optado pela ocupação militar dos municípios e comunas e ter tentado, de seguida, ocupar as capitais de província, o que desencadeou uma reacção das forças policiais, auxiliares e também das Forças Armadas angolanas".

A posição do MPLA ocorre um dia depois do encontro, em Luanda, do grupo de membros da UNITA que ali se encontra "sob custódia" das autoridades angolanas, onde Abel Chivukuvuku manifestou publicamente, em nome do grupo, a sua continuada lealdade à UNITA, sublinhando embora a necessidade de um "diálogo para paz" entre o Presidente Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi.

Enfim, coube a um conselheiro do Presidente José Eduardo dos Santos dizer o que o MPLA não disse, preto no branco. Entrevistado pela Antena 1, Aldomiro da Conceição admitiu que existem na UNITA "pessoas de boa vontade", mas que a paz não é possível em Angola enquanto Jonas Savimbi não desaparecer da cena política. ■

sinais da crise

■ MORTOS OU VIVOS?

O Consulado-Geral de Portugal em Luanda considera "desaparecidos" os dois portugueses alegadamente capturados pela UNITA no passado dia 19 de Dezembro, na cidade de Waku Kungo. Os portugueses encontravam-se no local (província do Kuanza Sul) na altura em que forças governamentais e UNITA se confrontaram, não havendo, desde então, certezas sobre a sua sorte. Para o Governo angolano, pela voz dos ministros do Interior e das Relações Exteriores, Fernando Palma e João Batista, 45 anos, "foram mortos no Casongue pela UNITA". Segundo a Cruz Vermelha Internacional e a UNITA, os dois portugueses estão vivos. O vice-cônsul em Luanda, Jorge Gonçalves, diz, no entanto, que as afirmações dos membros do Governo "são

no mínimo estranhas, pois parecem saber mais do que aquilo que dizem [ao Consulado português] e que "enquanto os corpos não sperecerem, o Consulado continua a considerá-los desaparecidos".

A solução impossível

OS ACORDOS de Bicesse estão definitivamente enterrados. A guerra reinstalou-se em Angola. Como em todas as guerras, não se sabe quando terminará. Mas ao contrário de outros confrontos, neste é seguro que não haverá vencedores: nem as forças governamentais dispõem de ânimo e capacidade para vencer as FALA, nem o exército da UNITA pode aspirar a controlar militarmente o país. A violência militar organizada pode continuar por décadas. Com um vencido certo: o povo angolano.

A actual guerra tem uma origem indiscutível: Jonas Savimbi e a recusa da UNITA em aceitar o resultado das eleições. Os observadores internacionais que em Luanda se preparam para fazer as malas disseram-no claramente. Mas omitiram que a fraqueza da presença da ONU e dos observadores — aceitando sempre uma interpretação minimalista dos Acordos de Bicesse e alimentado-se de um optimismo ingénuo — se tornou na própria campã onde se deposita agora o cadáver de um novo fracasso da sua intervenção em África.

O quadro angolano convida à abstenção externa. Como a ex-Jugoslávia que os diplomatas desejariam abandonar à sua sorte, cercando-a de um cordão sanitário. Mas por razões humanitárias e pelo desejo de paz com que o povo angolano marcou a curta festa do jogo democrático a que teve direito, a comunidade internacional — e, sobretudo, Lisboa — não se pode deixar levar pela tentação do immobilismo.

Qualquer iniciativa de paz tem hoje menores hipóteses de vingar. O Governo e o MPLA possuem uma nova credibilidade, enquanto Jonas Savimbi e a UNITA a estão a perder. Os mortos acumularam-se, as traições multiplicaram-se. Toda a iniciativa de paz fará lembrar um "re-make" de uma história com um fim trágico.

E contudo, nunca como dantes, compete a terceiros o primeiro passo em direcção ao termo de uma guerra impossível. Dificilmente a ONU, cansada do fracasso e em tempos de digestão de um novo direito de ingerência, dará esse passo. Lisboa tem, por isso, maiores responsabilidades.

Qualquer iniciativa de paz para Angola passa por esquecer Bicesse e fazer respeitar cinco pontos. Cessar-fogo imediato; liberdade de movimentos para todos os dirigentes da UNITA detidos; acantonamento das forças da UNITA com posterior integração no exército único; recuperação da administração governamental em todo o território; marcação da segunda volta das presidenciais organizadas pela ONU e com garantia de imparcialidade da comunicação social estatal.

Um tal acordo será possível? A guerra, essa, é uma solução impossível. »

Desencontros imediatos

EXPRESSO, SÁBADO 16 DE JANEIRO DE 1993

Gustavo Costa
correspondente em LUANDA

A UNITA rejeitou o encontro previsto para este fim-de-semana em Adis Abeba, sob os auspícios da ONU, argumentando que a situação de guerra em Angola impõe que a reunião vá além de um mero encontro entre chefias militares do Governo e do movimento de Jonas Savimbi.

Para a efectivação de um encontro com o Governo a UNITA coloca cinco condições: o estabelecimento de negociações globais; a colocação no terreno de uma força de interposição de «capacetes azuis» para garantir o cumprimento do cessar-fogo; a realização do encontro entre José Eduardo dos Santos e Savimbi; a garan-

tia absoluta de segurança dos negociadores da UNITA por parte da ONU; e a reabertura dos corredores para encaminhar ajuda humanitária às populações.

Embora aparentemente em desvantagem no terreno, a organização de Savimbi fez nos últimos dias incursões de grande envergadura na província de Cuando-Cubango, ocupando a localidade de Cuito Cuanavale.

A aparente acalmia que se regista em quase todo o Sul do país, de acordo com uma fonte da UNAVEM II, continua, entretanto, a contrastar com a situação no Huambo, uma cidade dividida em cujos arredores tem havido fortes confrontos entre as forças do Governo e da UNITA, depois da

(Continua na última página)

(Continuação da 1ª página)
destruição da antiga residência do líder da UNITA na cidade pelas forças governamentais.

Paradeiro de Savimbi continua desconhecido

O mesmo cenário regista-se desde quarta-feira em M'Banza Congo — a última localidade a conhecer a «guerra das cidades» —, que, segundo fonte do Ministério da Defesa, passou para o controlo da UNITA, tornando-se, assim, na quarta capital de província nas mãos do movimento.

Quanto a Jonas Savimbi, o seu paradeiro continua a ser desconhecido, tendo uma fonte do Conselho de Defesa Nacional dito, apenas, ser «ainda possível que ele se encontre em Angola».

Orosário de destruição, morte, fome e espírito de vingança que se vive em diversas regiões do país — praticado tanto por militantes do MPLA como da UNITA — é tão dramático que, embora a maioria dos angolanos concorde com a realização imediata de um encontro Governo-UNITA, poucos são os que nele depositam grandes esperanças.

«Depois destas derrotas nas cidades, a UNITA, com tropas descomandadas, não vai ficar de braços cruzados. Assistiremos durante algum tempo a uma nova onda de sabotagens a tudo quanto tenha valor estratégico — como os diamantes ou o petróleo — e às vias rodoviárias», adverte um especialista dos serviços de segurança angolanos.

Mas, apesar do tom extremista de algumas posições governamentais, a generalidade dos observadores continua a apostar, entretanto, na UNITA como principal força de oposição em Angola. E o MPLA parece tê-lo compreendido, ao rejeitar esta semana qualquer tentativa da sua ilegalização. «Seria o suicídio da democracia neste

país», frisa um intelectual independente.

Também a FNLA se pronunciou contra a instauração do Estado de emergência que o Presidente Eduardo dos Santos disse ir propor à Assembleia Nacional, por «representar um acentuar de antagonismos entre as partes em conflito».

«Grupo dos 50» frustra expectativas

Luanda não parece, por outro lado, ter acolhido com bons olhos a declaração do «grupo dos 50», que apela ao regresso ao diálogo. O regime esperava uma demarcação mais clara desse grupo face aos duros da UNITA, e o facto de terem isentado Savimbi de responsabilidades neste processo levou mesmo o vice-ministro do Interior, Fernando da Piedade (Nandó), a admitir estarem coniventes com as FALA.

Um alto funcionário da presidência da República disse ao EXPRESSO que o «grupo dos 50» não só foi «ambíguo como, ao ter pretendido pôr no mesmo saco Governo e UNITA, deu implicitamente acórdão ao espírito belicista do seu líder».

Alguns analistas na capital angolana pensam, porém, que seria ingénuo esperar uma dissidência em bloco deste grupo. Um advogado da UNITA «sob custódia» do Governo e presente no encontro disse ao EXPRESSO: «A nossa posição visa evitar, na diferença, o extermínio dos angolanos».

«É preciso compreender que não se pode, para já, pensar numa ruptura radical deste grupo em relação à cúpula que está no Huambo, porque muitos dos que estão hoje aqui em Luanda também têm as suas famílias mais ou menos 'sob custódia' na Jamba. Mas se a direcção não nos quiser ouvir, não tenho dúvidas de que, mais tarde ou mais cedo, haverá um divórcio», disse outro dos presentes.

UNITA não quer conversas

Fernando Sousa

A UNITA recusou negociações militares com o Governo angolano enquanto as questões políticas não forem resolvidas, deitando por terra o encontro previsto para Adis Abeba. Luanda controla apenas sete das 18 províncias angolanas e as capitais de outras três.

Jonas Savimbi recusou, ontem, qualquer encontro entre os seus generais e os do Governo angolano enquanto continuarem por resolver questões de natureza política, recusando em relação a uma proposta adiantada pela própria UNITA e confirmada até pela representante da ONU em Angola, Margaret Anstee.

"Nas conversações devem participar não apenas representantes militares, mas também políticos", disse o porta-voz da UNITA, Jorge Valentim. Fica assim por terra a expectativa da reunião sugerida recentemente pelo dirigente da UNITA ao subsecretário de Estado-adjunto norte-americano, Jeffrey Davidow.

Ao mesmo tempo que os confrontos dos últimos dias atingiam níveis de violência sem precedentes, previa-se um encontro entre delegações militares das duas partes, inicialmente para hoje, sexta-feira, mas adiado para este fim-de-

semana, em Adis Abeba, onde os beligerantes negociariam um acordo de cessar-fogo.

Motivos relacionados com problemas de "organização" tinham adiado a cimeira militar para amanhã ou domingo. "É impossível agendar uma reunião tão importante de um dia para o outro", sublinhara uma fonte da ONU, contactada, em Luanda, pela agência Lusa. A mesma fonte dissera mesmo que, "na pior das hipóteses", a reunião entre as duas partes ocorreria na segunda-feira.

Fontes oficiais da OUA (Organização de Unidade Africana) contactadas pela agência Reuter na capital etíope, escolhida para o encontro por nela se encontrar a sede da organização, tinham dito, no entanto, desconhecer a realização da reunião anunciada na quarta-feira pela Angop. "Nada sabemos sobre isso", afirmou um porta-voz, acrescentando que apenas tinha conhecimento do que a BBC noticiara.

Eduardo dos Santos escreve a homólogos

Mensagens do Presidente angolano dirigidas aos seus homólogos da Namíbia e do Zimbábue, e ontem entregues em mão pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Venâncio de Moura, causaram alguma especulação sobre a eventual escolha das capitais daqueles países, Windhoek e Harare, como locais alternativos a Adis Abeba, mas nenhuma fonte oficial aludiu ao teor das cartas remetidas por José Eduardo dos Santos.

Também o presidente Mário Soares recebeu uma mensagem do seu homólogo angolano, entregue pelo ministro da Administração Pública, António Pitra Neto. Este disse depois que o texto explica a situação, as apreensões do seu Governo e as vias para superar a crise.

O malogrado da reunião entre delegações militares do Governo e da UNITA coincidiu, ontem, com pressões políticas externas sobre Savimbi para que acate os resultados das eleições de Setembro. O recado saiu de um encontro, em Paris, entre os ministros português e sul-africano dos Negócios Estrangeiros.

José Manuel Durão Barroso e Roelof "Pik" Botha, que se deslocaram à capital francesa para assinar a convenção da ONU sobre a eliminação das armas químicas, reuniram-se durante 45 minutos na embaixada portuguesa. No final, sublinharam a "total coincidência de pontos de vista" quanto à situação em Angola. "Savimbi deve aceitar o resultado das eleições como condição essencial para o restabelecimento da paz em Angola", disse Botha. "O necessário é voltar ao espírito e à letra dos acordos de paz" do Estoril, disse Durão Barroso, posição também defendida por "Pik" Botha.

Savimbi acusou, entretanto, a Namíbia de estar a "enviar soldados seus" para o interior de Angola, para "combaterem contra a UNITA", anunciou ontem a rádio da organização. "Pelo menos um desses indivíduos foi capturado pelas FALA [exército da UNITA] e

pode ser apresentado à imprensa internacional", adiantou a Vorgan.

Relativamente à situação militar, a rádio, que emite a partir da Jamba, antigo quartel-general de Savimbi, anunciou que forças da UNITA "dêem o controlo efectivo dos principais municípios da província do Cuando-Cubango" e citou as cidades do Kuito Cuanavale, Cuxi e Longa. Menongue (ex-Serpa Pinto) estaria sob fogo intenso da UNITA a partir dos arredores da cidade.

Fontes concordantes citadas pela AFP afirmam que a UNITA controlava ontem a quase totalidade das províncias do Uíje e do Bengo (no Norte, a 60 quilómetros de Luanda) e a capital do Kwanza-Norte, N'Dalatando, e disputavam o controlo de três outras províncias: o Huambo (no centro), Cuando-Cubango (no Sul) e o Moxico (no Leste). Dão ainda conta de uma grande concentração de tropas na cidade do Kuito, província do Bié (centro).

Segundo a agência francesa, da totalidade das 18 províncias angolanas, o Governo controlava ontem, efectivamente, apenas sete: Benguela (Sudoeste), Huíla (centro), Namibe (Sudoeste), Cunene (Sul), Malanje (Norte), Kwanza-Sul (centro) e Luanda, e ainda as capitais de Cabinda, da Lunda-Norte e da Lunda-Sul.

Diplomatas em Luanda, pessimistas em relação aos acontecimentos, admitiram ontem, em declarações à Reuter, que a guerra poderá arrastar-se por mais um ano e meio. ■

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 13 JANEIRO 1983

Angola quer treinar "ninjas" na GNR

ENTRE os objectivos pretendidos pelo ministro do Interior de Angola, na sua visita a Lisboa, contava-se a formação de agentes angolanos na GNR. A unidade escolhida para o governante angolano visitar foi o Batalhão nº 1, a única que, em Lisboa, conta com um destacamento especial dotado com pessoal formado pelo Centro de Instrução de Operações Especiais de Lamego.

O que foi mostrado das capacidades operacionais desta unidade treinada para acções antiterroristas agradou ao ministro angolano, que terá manifestado interesse em ver militares seus formados por Portugal. A este respeito o gabinete do ministro da Administração Interna,

consultado pelo PÚBLICO, disse que Portugal tenha celebrado acordos de cooperação que envolvem formação de forças policiais de elite. Segundo o MAI, foi apenas pedida cooperação para formação de forças regulares de polícia, com as características da "GNR, dos Carabineiros, na Itália ou Guardia Civil espanhola".

A outro nível, mas ainda no quadro dos acordos de cooperação entre Portugal e Angola, em Lisboa continua a ser ministrada formação a diplomatas angolanos. Os cursos têm a duração de nove meses, e nelas participam não só diplomatas angolanos como dos outros países africanos de expressão portuguesa.

No encontro entre o ministro Durão Barroso e o ministro angolano do Interior esta poderá ter sido uma das questões abordadas.

Entretanto, a situação de guerra em Angola vai esta semana levar a uma reunião entre os vários subscritores do abainho assinado — que contou com a participação de diversas individualidades, nomeadamente, da área socialista e social-democrata —, que recentemente condenou a actuação dos militares do MPLA aquando do golpe de Luanda. A reunião realizar-se-á amanhã no centro Jean Monnet, em Lisboa, contando com a presença dos euro-deputados, Margarida Salema do PSD e Turres Couto do PS. ■

Uma guerra contra Angola

PÚBLICO

Xavier Jaime*

SEXTA-FEIRA, 15 JANEIRO 1993

NÃO FOSSE a arrogância com que a UNITA, de mãos dadas ao MPLA, inviabilizou a efectivação de um Conselho de Concertação Nacional, vulgo Conferência Nacional — que se deveria ocupar das questões da transição para a democracia —, e poderíamos dizer que os Acordos de Bicesse não foram mais que uma encenação internacional, uma autêntica armadilha que visou a desarticulação total e completa da oposição armada.

Com efeito, por culpa própria e por mérito das FAPLA, ou melhor da Polícia Nacional, em sete dias apenas a UNITA foi empurrada para as matas e, com isto, os Acordos de Bicesse foram definitivamente atirados para a lixeira. Agora, a democratização da sociedade angolana terá certamente que aguardar pelo século XXI.

Os ventos da liberdade que vinham do Leste europeu, empurrados pela Perestroika, alimentaram nos angolanos a utopia de que também eles poderiam participar no grande movimento da civilização humana — a democratização das sociedades! Só que tal dignificante sentimento, obnubilou a visão dos cidadãos que se deixaram levar pelo embuste de Bicesse e acreditaram que a democratização de uma sociedade é possível mesmo na presença de máquinas totalitárias de inofismável eficiência, como o MPLA de Eduardo dos Santos e a UNITA de Jonas Savimbi.

Assim, os gritos que vem do Huambo, na voz do arcebispo Francisco Viti, não são mais que um pranto no deserto. Depois de 500 anos de evangelização, a Igreja Católica de Angola persiste ainda na busca de um caminho que lhe permita o cumprimento da sua missão profética.

É que, sendo a instituição que detém mais credibilidade moral em Angola, espera-se que venha a educar a população no sentido de a levar a compreender e, portanto, a exigir que os destinos da nação sejam traçados com a sua total participação. Pois, caso contrário, aquilo a que se chama no Huambo “genocídio étnico” será sempre inevitável. De resto, justiça seja feita, o MPLA com toda a sua carga totalitária, pelo menos ao nível do discurso político, nunca faz jogos tribais...

Final, é só por mérito próprio que o primeiro-ministro do “Governo de Unidade Nacional” é de etnia ovimbundo! No cumprimento da sua vocação e na defesa da Constituição, as forças do MPLA/Governo podem estar a matar os militantes civis de um outro partido, que, apenas por mera coincidência, são maioritariamente ovimbundos. Mas então, aí, o genocídio é político e não étnico.

Os acontecimentos que se vivem em Angola dão-nos oportunidade para compreender que a questão essencial que deve ser resolvida para a paz, e portanto para a democratização, tem de passar necessariamente pelo desmantelamento de todas as máquinas totalitárias, que causam tanto sofrimento aos angolanos desde a independência.

Por serem partidos com a mesma matriz e praticamente com a mesma escola, a UNITA e o MPLA jamais poderão coexistir pacificamente, o que faz levantar a premente necessidade da intervenção das forças das Nações Unidas, com vista a garantir a formação efectiva de um exército único. Quando o Governo do MPLA afirmou publicamente discordar dessa intervenção, não estava, como pode parecer, a falar em nome da defesa da soberania, pois essa é uma emanção do povo que deve viver para ser povo.

O que força o Governo a tomar uma tal posição é compreensível se tivermos em conta que, na sua lógica, é preciso excluir o adversário. Foi esta aposta que, com a conivência da UNITA, levou o país a um beco de difícil saída. Desta feita, quem está de parabéns é o MPLA, pois, pelo menos por enquanto, empurrou o seu parceiro para as matas.

Com que custos? ■

* médico angolano, membro da Comissão Política da Frente para a Democracia (FPD)

Papa pede respeito pelas eleições angolanas

DOMINGO, 17 JANEIRO 1993

PÚBLICO

JOÃO PAULO II afirmou ontem, a propósito da situação em Angola, que “a escolha dos eleitores deve ser respeitada por todos”. A referência à situação neste país lusófono, colocando-se ao lado das teses da comunidade internacional, que condenam a não aceitação dos resultados eleitorais pela UNITA, foi incluída no discurso do Papa ao corpo diplomático acreditado na Santa Sé que, anualmente, constitui a leitura sobre o estado do mundo na perspectiva pontificia.

“Este povo tão submetido a provações, que eu tive a alegria de visitar recentemente, espera a paz. Ele merece-a!”, continuou João Paulo II, para quem “as dificuldades destes últimos dias não devem pôr em perigo os acordos de paz assinados em Lisboa, a 31 de Maio de 1991”. E, em tom de advertência: “Os combates fratricidas que estão prestes a devastar diversas regiões não darão a vitória a ninguém. Eles não contribuirão senão para esgotar os frágeis recursos humanos e morais de um país que já tinha tomado o bom caminho”.

Também Moçambique, e o seu processo de pacificação, mereceram do Papa uma referência explícita. Os acordos obtidos em Roma “permitem esperar que as partes em presença saibam comportar-se como parceiros do diálogo nacional e conduzir em conjunto o processo de

pacificação e democratização desejado por todos os moçambicanos”.

No percurso pelos problemas mais importantes do globo, o primeiro lugar foi de novo para a guerra na Bósnia, que “humilha” a Europa e a cujo “martírio colectivo” é urgente colocar ponto final. As “privações cruéis” do povo iraquiano também preocupam o Papa, para quem existem “dois tipos de males que continuam a atormentar a humanidade: a guerra e a pobreza”.

João Paulo II pediu aos juristas que definam os contornos do princípio da ingerência humanitária e do “dever dos Estados de desarmar o agressor injusto, se todos os outros se tiverem mostrado ineficazes”. E aos governantes apelou ao respeito por quatro princípios: “A guerra de agressão é indigna do homem; a destruição moral e física do adversário ou do estrangeiro é um crime; a indiferença face a tais atitudes é uma omissão condenável; e quem se entrega a tais acções, as desculpa ou as justifica, responderá perante a comunidade internacional e, mais ainda, perante Deus”.

No seu discurso, o Papa manifestou ainda um desejo no campo diplomático: o de ver a Santa Sé estabelecer relações com Israel, a Jordânia, a China e o Vietname. ■ A.M./P.V.

UNITA apresenta plano em cinco pontos

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 15 JANEIRO 1993

APÓS TER recusado um encontro entre os chefes militares do Governo e da UNITA, que esteve previsto para Adis Abeba, o movimento de Jonas Savimbi apresentou ontem um plano em cinco pontos para “a aplicação integral dos acordos de Bicesse”. Através de um comunicado do seu responsável pela Informação, Jorge Valentim, a UNITA exige: mediação das Nações Unidas; uma força de interposição (capacetes azuis), para a manutenção do cessar-fogo; garantia absoluta da segurança dos negociadores pela

ONU; restabelecimento dos corredores de paz para assistência humanitária às populações; encontro ao mais alto nível entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi.

Por sua vez, o Governo angolano terá começado a formalizar os pedidos de encerramento dos escritórios da UNITA nos países com embaixadas acreditadas em Luanda, disse à Lusa uma fonte do MNE angolano. Confrontada com esta informação, uma fonte do MNE português disse desconhecer qualquer diligência nesse sentido. ■

Luanda foi à praia entre combates

PÚBLICO — SEGUNDA-FEIRA, 16 JANEIRO 1983

APESAR de os combates continuarem entre forças governamentais e da UNITA em quase todo o país, os cidadãos de Luanda foram este fim-de-semana à praia como se nada se passasse.

O espanto manifestado pelo enviado especial da agência France Presse, Lawrence Bartlett, que apontou uma profusão de "churrascos, biquínis e esplanadas cheias junto ao mar", foi explicado por um jornalista angolano: "Não é que eles não se importem, simplesmente estão habituados à guerra".

Pelo contrário, Judith Matloff, da agência Reuter, em crónica enviada de Mbanza Congo, cidade do perímetro petrolífero nordestino angolano tomada e ocupada pela UNITA na semana passada, deu ontem conta de uma urbe fantasma onde apenas "um casal de cabras, galinhas e alguns uniformes" do movimento de Jonas Savimbi eram os únicos sinais de vida.

A batalha pelo controlo da cidade — explica a enviada da agência britânica — levou a que os habitantes, normalmente em número de cinco mil pessoas, abandonassem a cidade e fugissem para os campos limi-

trofos. "A UNITA controla aqui a situação, mas esta ainda não está normalizada e os bombardeamentos continuam", disse o delegado local da organização, Silvestre Samy.

A maior parte dos edifícios de estilo colonial de Mbanza Congo foram destruídos pelos duelos de morteiro e armas automáticas desde que os confrontos eclodiram. A cidade foi um dos primeiros postos avançados quer dos colonialistas quer dos missionários católicos há cinco séculos. Enormes crateras deixaram no chão da cidade o sinal indelével da violência dos bombardeamentos realizados pela aviação governamental, aviões MiG e Sukhoi.

Três observadores das Nações Unidas assistiram aos combates. "A luta durou dia e noite. Somos observadores desarmados. Que podemos fazer para nos defendermos a nós próprios? Nada" — disse o capitão Tidiane Mbodj, um dos senegaleses do corpo da ONU.

Também Matloff não tem indicações sobre o número de baixas de ambos os lados durante a luta por esta cidade, distante 200 quilómetros do Soyo, adiantado apenas que os confrontos poderão alastrar breve-

mente à capital da província do Zaire.

O Ministério da Saúde angolano vai lançar nos próximos dias um apelo à comunidade internacional "devido à escassez de recurso financeiros, para a aquisição de determinados meios", noticiou ontem o Jornal de Angola, sem especificar que "meios" serão pedidos.

O ministro da Saúde, Martinho Epalanca, citado pelo diário angolano, disse que "o campo de acção" do seu Ministério "está diminuído devido à guerra, que provocou a destruição das estruturas físicas" do sector. Para as suprir, o Governo vai "iniciar contactos com as embaixadas e organizações não governamentais".

"Falta de tudo e casos há em que nem sequer uma aspirina existe nos hospitais", acrescentou Martinho Epalanca, que se reuniu no sábado com o primeiro Marcolino Moco a quem fez um relatório detalhado sobre a dramática situação hospitalar.

Segundo o mesmo titular, 14 contentores com medicamentos e outra ajuda humanitária foram desalfandegados nos últimos dias no porto de Luanda. ■

PÚBLICO DOMINGO, 17 JANEIRO 1983

UNITA pode atacar Soyo

A UNITA cercou ontem a cidade de Soyo, na província do Zaire, a norte do país, onde ontem se esperava um ataque das tropas de Jonas Savimbi, indicaram fontes militares em Luanda citadas pela France Presse. Em Soyo estão situadas as instalações petrolíferas de cinco companhias estrangeiras, e ali trabalham muitos portugueses.

Segundo as mesmas fontes, algumas forças da UNITA ocuparam posições na localidade de Sumba, a 30 quilómetros de Soyo, e outras concentraram-se em Kindeje, Quelo e Ambrizete.

Um porta-voz da polícia angolana em Soyo assinalou "a infiltração" de soldados do exército do Zaire em território angolano e declarou ao "Jornal de Angola" que os "comandos zaienses" chegaram, vindo da região do Baixo Zaire. Um sítio onde se encontram os campos militares onde "algumas tropas da UNITA receberam formação especial", realçou o porta-voz.

Ontem, registaram-se combates em Mbanza Kongo, controlada pela UNITA, que domina também nas regiões de Tomboco, Nzeto, Noqui e Cuimba. No Huambo, houve confrontos entre as forças governamentais e as tropas de Savimbi que se concentraram em Cachiungo, Ekunha, Kalenga e Caala. ■

Sete dias de guerrano Huambo

PÚBLICO

DOMINGO, 17 JANEIRO 1983

A GUERRA entre as forças do Governo de Angola e a UNITA no Huambo, a capital do Planalto Central, entrou ontem no sétimo dia consecutivo e sem sinais de abrandamento. Os confrontos estão também vivos nas províncias de Cuando Cubango, Zaire e Benguela, de acordo com uma informação do movimento de Jonas Savimbi.

A France Presse, citando uma fonte militar bem informada em Luanda, afirmou que os combates no Huambo envolveram ontem bombardeamentos aéreos e de artilharia; as forças governamentais na cidade estariam cercadas pela UNITA.

O último observador da ONU na cidade, bloqueado há vários dias pelos combates, chegou a Luanda na sexta-feira à noite, de helicóptero. A UNITA assegurou em comunicado que a sua saída foi feita sob a protecção das tropas de Savimbi. Parte do pessoal da Cruz Vermelha também abandonou Huambo, quartel-general da UNITA. Depois da eclosão dos

combates no Huambo, o Governo afirmou ter assumido o controlo da cidade; mas aparentemente a UNITA conseguiu reocupar posições com reforços expulsos pelas forças governamentais de outras cidades.

No Menongue (sueste, Cuando Cubango), a UNITA reafirmou ontem ter assumido o controlo de "grande parte da cidade"; em Luanda, fonte militar disse à agência Lusa que elementos supostamente afectos ao movimento de Savimbi tinham procurado atacar o aeroporto, sem êxito.

O encontro de chefes militares das duas partes que chegou a estar previsto para este fim-de-semana em Addis Abeba, Etiópia, está definitivamente comprometido. Fontes próximas das Nações Unidas citadas pela AFP afirmam agora que não há esperança de que se possa concretizar antes de uma semana, por causa de problemas logísticos (fazer sair os chefes militares de zonas de guerra). ■

PÚBLICO SÁBADO, 16 JANEIRO 1983

MNE recusa pedido de Luanda

O GOVERNO português deverá responder negativamente ao pedido do Governo angolano de encerramento da delegação da UNITA em Lisboa. O pedido foi transmitido ontem ao embaixador português Rocha Paris pelo vice-ministro das Relações Exteriores de Angola. Em declarações à Lusa, Paris confirmou ter enviado "esse pedido para o nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros".

A hora de fecho desta edição, o MNE ainda não se havia pronunciado sobre a matéria. No en-

tanto, segundo meios diplomáticos contactados pelo PÚBLICO, é muito pouco provável que a resposta seja positiva. Esta posição advém, inclusive, da opinião pessoal do secretário de Estado da Cooperação, Brios e Gala, expressa ontem durante uma entrevista à televisão angolana. Confrontado com a hipótese de Luanda pedir o encerramento do escritório da UNITA na capital portuguesa, Brios e Gala afirmou que "se deveriam evitar atitudes que dificultem o diálogo". ■

Hino de Cabo Verde

agita MPD

Manuel Delgado

A NÃO aprovação de uma proposta de novo hino nacional de Cabo Verde está a levar ao rubro as tensões no interior do partido do Governo a poucos dias da sua segunda convenção, marcada para o próximo dia 29.

Numa violenta troca de correspondência entre o ministro dos Estrangeiros, Jorge Fonseca, e o presidente da Comissão Eventual dos Símbolos e dirigente do MPD, Teófilo Silva — a que o EXPRESSO

teve acesso —, o primeiro é acusado de ter «pretensões a ser catapultado a outros níveis» e de «aprendiz de ditador» incensado por «colegas de partido» que o estariam a querer elevar a um «pedestal de areia». Fonseca é presumível candidato a vice-primeiro-ministro. Mas, segundo fontes do MPD, teria ameaçado abandonar o Governo caso o líder do partido, Carlos Veiga, não sancione Teófilo Silva.

A letra do novo hino, que pretende substituir o da auto-

ria de Amílcar Cabral, era obra do presidente da Assembleia Nacional, Amílcar Spencer, e foi «chumbada» pela própria maioria governamental. Teófilo Silva terá então acusado Jorge Fonseca de fazer propaganda contra a decisão do júri a que preside. Daí a iniciativa do ministro, autor da primeira carta, em que a intervenção do deputado «não é considerada» uma «catilinária (...), expressão de mero e doidivas arrebatamento».

Ainda assim contida, a car-

ta de Fonseca recebeu uma resposta do seu colega da direcção do partido que dispensa adjectivos. «Anormal que escreveu (...) enormidades», «imbécil» informado por «bufos do grupo parlamentar», personalidade que «fugiu cobardemente» para o «Oriente a troco de dólares» (referência ao facto de Fonseca ter leccionado na Universidade de Macau), num chorrilho que os próprios acabam por qualificar de «linguagem mesquinha e desprezível». O que não im-

pede Teófilo Silva de prometer: «A dosagem maior virá depois!»

Os símbolos da «mudança»

A questão da mudança dos símbolos foi há dois anos erigida em objectivo primordial pelo Governo de Carlos Veiga, o que foi então entendido como uma concessão à ala direita do movimento, muito preocupada em apagar tudo o que pudesse lembrar o processo de independência do país.

A imposição do novo hino — popularmente conhecido por *Zéfiro*, por uma das estrofes assim invocar as brisas, apesar de em Cabo Verde predominar o desabrido harmatão saariano —, deveria ser em princípio pacífica, por o actual ser simultaneamente o hino do PAIGC e da Guiné-Bissau. Mas complicou as coisas. Talvez por mexer com a única personalidade até agora intocada: Amílcar Cabral.

Fonseca é dado como chefe do «núcleo duro» trotskista,

um partido dentro do partido que Teófilo Silva acusa de ter «saltado de pára-queidas» para o MPD depois de «outros» terem «combatido a ditadura de frente (...) com perigo da própria vida» e designa pejorativamente de «fonsecagem».

O líder do MPD, Carlos Veiga, está a enfrentar tais dores de cabeça poucos dias depois de ter tido de mandar a polícia de choque defender a propriedade de um tio ameaçada de invasão por camponeses famintos.

Cabo Verde

Os verdes anos

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

Cabo Verde entra hoje no terceiro ano da sua vida democrática, com o Movimento Para a Democracia, no Governo, a dar sinais de desgaste político. Retrai-se a sociedade civil e 1993 será um ano charneira para a oposição.

A meio do seu mandato, o Governo do Movimento para a Democracia (MPD) não conseguiu dar a imagem de eficiência que prometeu ao país e a «mudança», sobretudo na vida das pessoas, anunciada na campanha eleitoral, perdeu a força mobilizadora junto da população, que se mostra cada vez mais descrente dos seus políticos.

O executivo de Carlos Veiga não esteve no entanto de braços cruzados: levou adiante um conjunto de transformações institucionais que contribuíram para mudar a face do país. Deste esforço, destaca-se a aprovação, em Agosto passado, da nova Constituição, para além da realização das eleições municipais, feitas há 12 meses, e, no campo económico, tem vindo a aprofundar a liberalização, estando previsto para este ano a privatização das primeiras empresas estatais.

Em todo o caso, o país continua a ressentir-se da falta de empregos e prevê-se, para este ano, um agravamento do nível

de vida da população com as medidas de austeridade que o Governo pretende implementar para o que vem chamando «relançamento da economia cabo-verdiana».

Embora Cabo Verde continue a ser um dos poucos países africanos que não se encontra submetido aos programas de ajustamento estrutural, impostos pelo FMI e pelo Banco Mundial, o Governo da Cidade da Praia decidiu começar a antecipar medidas para evitar que a frágil economia cabo-verdiana acabe por se render aos rigores daquelas duas instituições financeiras: entre elas, o aumento generalizado dos impostos, que não eram alterados desde os anos 60, e incentivos ao «abandono voluntário» dos seus 12 mil funcionários.

É neste cenário que as forças políticas irão actuar a partir de agora, estando agendados para este ano os congressos dos três principais partidos — MPD, PAICV e UCID.

Eleito por uma larga e surpreendente maioria, o MPD sabe que 1993 é um ano de suma importância estratégica para a sua continuação no poder, e os sinais que tem estado a receber são claros: já lá vai o tempo em que podia contar com o apoio entusiástico da população.

A prova disso é a dificuldade que o partido tem vindo a ter para realizar a sua segunda convenção nacional, adiada três vezes, estando agora marcada para os últimos dias deste mês. As suas estruturas não funcionam e já se deram casos de assembleias regionais, expressamente convocadas para a escolha de delegados à convenção, não se terem realizado por falta de comparência de militantes.

Por outro lado, tudo indica que esta não será uma convenção pacífica, uma vez que se verificam movimentações tendentes a reduzir o poder de Carlos Veiga, enquanto chefe do MPD e do Governo. Alguns sectores têm vindo a defender uma direcção colegial de modo a que o partido passe a ter mais peso na governação do país.

E já ponto assente que o executivo será novamente remodelado, de modo a reflectir a correlação de forças que sair da convenção. Os ministros Eurico Monteiro (Justiça e Trabalho), Jorge Carlos Fonseca (Negócios Estrangeiros), ou, possivelmente, José Tomás Veiga (Finanças e Planeamento), poderão surgir como os grandes vencedores desta disputa.

Enquanto os apoiantes de Carlos Veiga argumentam que não é possível fazer muito mais, tendo em conta as condições reais do país, outros há que defendem uma maior eficiência governativa e, sobretudo, maior agressividade em relação ao PAICV. A ideia que se tem procurado dar é que não obstante ter sido derrotado nas urnas, este partido, por intermédio dos seus militantes, continua no poder através da ocupação de lugares-chave na administração pública.

O desenterrar de processos judiciais, nomeadamente o caso da compra dos aviões Brasília e o financiamento do jornal «África», contra elementos do regime anterior, principalmente o antigo primeiro-ministro Pedro Pires, é visto em certos círculos como uma forma de se

Uma forma de identidade africana

acalmar tais sectores do MPD, que tudo dariam para ver o líder do PAICV no banco dos réus.

Depois de dado como politicamente morto, Pedro Pires terá afirmado que até 1995 — ano provável das próximas eleições legislativas — espera estar livre dos referidos processos por que pretende comparecer às urnas para mais um embate. O PAICV irá realizar também no segundo semestre deste ano o seu congresso.

Em relação às demais forças políticas, até agora com pouca expressão, tudo indica que elas continuarão relegadas ao segundo plano. O presidente da Câmara Municipal de São Vicente, Onésimo Silveira, anunciou na semana passada a criação de uma associação política, denominada Espaço Democrático. Ninguém duvida que este é o embrião de um futuro partido com pretensões de ser a tão esperada "terceira força".

Por sua vez, embora as liberdades individuais estejam hoje, mais do que nunca, consagradas na lei, nota-se um retraimento da sociedade civil cabo-verdiana. O Estado continua ainda presente em todos os segmentos da vida do país de tal modo que as iniciativas fora do âmbito do poder praticamente são sufocadas à nascença.

O mal estar por que parece passar a sociedade cabo-verdiana neste terceiro ano de "vida democrática" reflecte-se na comunicação social. Há três meses que o país se encontra desprovido do seu principal jornal, o extinto "Voz do Povo", e tudo leva a crer que o MPD pretende preencher o vazio deixado, criando um novo periódico sob o seu controlo. ■

Foi quando frequentava a 4ª classe da instrução primária que fiquei a saber que além de cabo-verdiano da Boa Vista também era português de Portugal.

Mas foi uma descoberta extremamente gratificante. Em primeiro lugar porque estávamos justamente aprendendo que Portugal era dono de muitas e imensas terras de aquém e além-mar em África e outras partidas do mundo e isso queria dizer que na qualidade de portugueses éramos igualmente ricos em ouro, diamantes e outras preciosidades que iam conhecendo dos livros, embora sem saber muito bem que valor tinham ou para que serviam.

Em segundo lugar porque essa excitante revelação coincidiu com a meteórica visita do Presidente Craveiro Lopes à Boa Vista. Nós já sabíamos que o Presidente da República estava para chegar, o velho pontão de madeira estava sendo urgentemente reparado para o desembarque de Sua Excia. com a dignidade que se impunha, mesmo a rua por onde o cortejo deveria passar estava já toda engalanada com ramos de tamareira e diversas fotografias de gente importante, mas foi só no próprio dia da chegada do homem que nos vimos surpreendidos com a agradável novidade, escrita em enormes letras negras numa grande tira de pano branco esticada entre dois postes enfeitados com ramos de tamareira, de que "AQUI É PORTUGAL".

É certo que poderíamos ter tido consciência desse importante pormenor há muito mais tempo. Entre outros sinais, havia a fotografia de António Oliveira Salazar dependurada em todas as repartições públicas por cima da legenda "mais fácil é obedecer que mandar", e também a velha e já esfarrapada bandeira que todos os domingos era cuidadosamente içada no edifício da Câmara Municipal. Mas acontecia que para nós essa era apenas mais uma das obrigações do tonto Néné de Chalau a juntar às suas funções de varredor de vila e tocador nos dias de festa.

Mas se ficamos entusiasmados, quer com o aparato do desembarque de tanta gente fardada de branco saltando da lancha da mesma forma como imaginávamos os maçongos saindo do mar em noite de lua cheia, quer com a afirmação do administrador do concelho de que na Boa Vista "todos labutam em prol de um Portugal cada vez maior", a visita presidencial em nada colidiu com a questão da nossa identidade. Porque, afora o sr. José Mateus, um deportado de mais de 80 anos que tinha aportado à ilha com dois pequenos barcos de pesca e três mesas de matraquilhos, a presença portuguesa resumia-se ao carpinteiro naval Virgílio (que quando com uns vinhos gostava de cantar: "Quando era pequenino o meu pai mandava-me à merda; agora que sou grande ele manda-me é p'ro caralho!") e ao gerente da Ultra, sr. Patrício Correia, que além de dirigir a fábrica de conservas de peixe também se ocupava de experiências de agricultura e pecuária, tendo introduzido na Boa Vista não só duas bombas eólicas como também um touro de uma raça tão descomunal que nunca conseguiu cruzar com nenhuma vaca da terra devido à desconformidade do seu tamanho.

Vivíamos, pois, na tranquila segurança de sermos cabo-verdianos, com a inofensiva circunstância adjuvante de sermos também portugueses, quando essa pacatez foi abruptamente sobresaltada nos anos 60, 70, com a agitada revelação de que Cabo Verde também era África, e da mais pura, e nós outros apenas deserdados filhos arrancados ao seio materno por ferozes negreiros nos idos de 1480 e seguintes.

Justamente essa revelação coincidia com a activa conversão da maior parte da nossa jovem intelectualidade à condição de africanos, e por isso, muito às pressas, tivemos que aprender que também fazíamos parte dos condenados da terra, que igualmente pertencíamos à grande massa humana meio gente meio besta chamada de "indígena", como ensinava um livro qualquer, embora fosse certo, para nosso grande desgosto intelectual, que as tropelias descritas quer em "Chora Terra Bem-Amada" quer em "O Filho Nativo" nada tivessem a ver com a nossa realidade de ilhéus perdidos no Atlântico.

De modo que essa "pertença africana" configurou-se sobretudo como um tremendo esforço de solidariedade para com desconhecidos irmãos de sofrimento, a simples situação de colonizados obrigava-nos a estar sempre e em todos os tempos ao lado dos oprimidos do mundo inteiro, muito embora fosse verdade que o colonizador em Cabo Verde estivesse representado quase exclusivamente por funcionários cabo-verdianos.



Mas se a assunção da condição de "africanos" veio permitir-nos situarmo-nos no mundo, infelizmente provocou também em nós um grande sentimento de esvaziamento. É que enquanto simples cabo-verdianos afirmávamo-nos detentores e portadores de uma identidade cultural que nos caracterizava e distinguia. Tínhamos um crioulo comum, a morabeza era uma característica isoladamente cabo-verdiana, a morna apenas nós sabíamos fazer e cantar e mesmo o grogue e a cachupa em nada se confundiam com o vinho de palma ou o funche. Mas, "africanos" de uma África que não conhecíamos, uma África para nós "sem história" e sem heróis, porque Gungunhana era apenas um negro rebelde e sanguinário vátua de Moçambique em boa hora aprisionado e humilhado pelo glorioso Mouzinho de Albuquerque, acabámos por ficar numa situação de grande perplexidade e desnorteamento face a todos os heróicos portugueses que tínhamos sido obrigados a conhecer desde a escola primária.

É claro que nos meados dos anos 60 já tínhamos heróis africanos. Amílcar Cabral, Patrice Lumumba, Sekou Touré, Kwame Nkrumah e outros eram nomes de formidáveis africanos que empolgavam a nossa imaginação, embora muito mais por extrapolação que por conhecimento: quanto mais eram detestados pelos europeus, mais e melhores heróis eles ficavam. Mas nem por isso o nosso vazio ficava preenchido, entre outras razões sobretudo pelo facto de "os nossos irmãos" falarem em línguas que nós não entendíamos.

Ora muito provavelmente terá sido Ovídio Martins a resolver-nos esse grave problema de identidade com a publicação do seu poema "Os Flagelados do Vento Leste". Porque com ele a nossa especificidade nacional começou outra vez a aclarar-se: nós éramos os flagelados do vento leste, aqueles a quem as cabras tinham ensinado a comer pedras para não perecermos. Assim, a nossa luta não era tanto contra a exploração mas sobretudo contra o abandono a que estávamos votados, contra as secas e as fomes que de cada vez dizimavam cerca de um terço do nosso povo. E, do mesmo modo, fazíamos parte dos oprimidos da terra, porque se os outros o eram por acção, nós éramos por simples e criminosa omissão.

Aliás, já em meados de 1967, Baltasar Lopes da Silva tinha reequacionado o problema de forma lapidar e convincente: não éramos nem africanos nem europeus, apenas cabo-verdianos.

E sem dúvida que criar essa terceira possibilidade onde nos situarmos é bem do cabo-verdiano. Porque a questão continua sendo mal colocada. Da Europa conhecíamos os portugueses, os franceses, os italianos, os espanhóis, os alemães... Mas para toda a África havia apenas a genérica expressão quase pejorativa de "africanos", e é natural que logo nos rebelássemos a entrar nesse imenso saco sem que ao menos um rótulo nos identificasse.

Porque nós sabíamos de ouvir contar as negras do que acontecia por toda essa África: pretos acorrentados, açoitados com chicote de cavalo marinho, marcados a ferro em brasa e forçados a trabalhar sem nada receber e que no fim se rebaixavam diante dos brancos e diziam de joelhos: "Obrigado patrão." Sabíamos que quando um branco caminhava num passeio todo o preto espontaneamente saía do caminho para que ele pudesse passar livremente e sem empecilhos...

Ora em Cabo Verde era tudo completamente diferente. Nós tínhamos a funda consciência de estarmos na nossa terra, se alguém estava a mais eram os poucos "mondrongos" que aqui viviam, as ruas, os passeios e até as manobras eram nossas, se alguém devia acautelar-se ou desviar-se teriam que ser eles e não nós, e por isso nas ruas recebiam propositados encontrões de que não se pedia desculpas, se queriam ser entendidos que aprendessem a falar crioulo... Não senhor, a simples designação de "africanos" não se adequava a nós.

E viria a ser muito aos poucos que acabamos por entender que os europeus, por malícia ou simples ignorância, tinham fomentado a nossa relutância na aceitação da condição de africanos. Porque falavam de "africanos" como se a identidade africana fosse uma única e exclusiva. E tivemos que aprender que há tantas identidades culturais quantos os povos africanos, e bem perfeitamente que poderíamos pertencer à África desde que levássemos uma etiqueta a assinalar-nos como senhores de uma identidade que nos particulariza como cabo-verdianos. ■

* escritor cabo-verdiano

Motim em Moçambique

MILICO

A POLÍCIA moçambicana disparou na segunda-feira contra um grupo de soldados desmobilizados, em Chimoio, que se amotinaram e exigiam que lhes fosse dado trabalho e alimentação. Um dos manifestantes foi morto e seis ficaram feridos quando o grupo tentou entrar num edifício do Governo. Os ex-militares ameaçaram utilizar armas para se vingarem das forças policiais. Entretanto, a Renamo acusou o governo de Moçambique de estar a reforçar a polícia com ex-soldados e ex-agentes de segurança do Estado, contrariando o acordo de paz assinado no ano passado em Roma. Segundo o dirigente da Renamo, Afonso Dhlakama, mais de 15 mil soldados e três mil agentes de segurança entraram para as forças policiais. ■

QUARTA-FEIRA, 13 DEZEMBRO DE 1993

Renamo inaugura sede

A RENAMO inaugurou ontem oficialmente a sua sede em Maputo, numa cerimónia a que assistiram diplomatas, dirigentes de outras forças políticas e chefes religiosos. O edifício de dois andares, no centro da capital, pertenceu antes aos serviços de segurança (SNASP). O secretário-geral da Renamo, Vicente Uluh, evitou atacar o Governo, mas queixou-se das "injustiças, ameaças e perseguições" aos seus militantes em vários pontos do território. E assegurou que a Renamo prefere a luta política à militar. ■

MILICO

SÁBADO, 16 DE JANEIRO DE 1993

Branços sul-africanos emigram

EXPRESSO, SÁBADO 16 DE JANEIRO DE 1993
A espera dos capacetes

MAPUTO — Os primeiros soldados da Força de Manutenção de Paz para Moçambique da ONU (Unomoz) deverão chegar ainda este mês a Maputo. De acordo com a resolução do Conselho de Segurança, o contingente será formado por cerca de 7500 «capacetes azuis».

Renamo abre sede em Maputo

EXPRESSO, SÁBADO 16 DE JANEIRO DE 1993

A INAUGURAÇÃO da primeira sede da Renamo em Maputo e a visita do secretário-geral-adjunto das Nações Unidas para os Assuntos Políticos, o serra-leonês James Jonah, deram esta semana um novo impulso ao processo de paz em Moçambique e atenuaram o impacto negativo dos recentes acontecimentos em Angola.

Afonso Dhlakama disse que vai indigitar os 16 representantes da Renamo que deverão integrar as várias comissões previstas no Acordo Geral de Paz assinado em Roma em Outubro. Estes organismos devem dirigir as várias fases do processo de paz sob a presidência de um representante da ONU, e a ausência dos elementos da Renamo já provocou um atraso de mais de três meses em relação ao calendário previsto. Contudo, a realização das primeiras eleições pluripartidárias continua marcada para Outubro de 1993, e o Governo moçambicano está a fazer circular pelos potenciais países e organizações internacionais doadores um projecto de orçamento eleitoral (POE) que prevê despesas avaliadas em 80 milhões de dólares.

O POE foi aprovado em finais de 1992 e está dividido em 18 áreas específicas: o escrutínio deverá envolver oito milhões de eleitores (70% dos quais analfabetos), que exercem o seu direito cívico em 8000 mesas de voto.

Certas fontes sublinham que o Governo se prepara para organizar uma conferência multipartidária, a principal exigência da oposição, que deverá, entre outros assuntos, debater a partilha dos fundos obtidos nas conferências de doadores que se realizaram em Dezembro, em Paris e Roma.

O secretário-geral-adjunto das Nações Unidas efectuou a sua visita de trabalho de 8 a 12 do corrente. Butros-Ghali encontrou-se com o líder da Renamo em Marungue, na Gorongosa, e com o Presidente Joaquim Chissano.

Restante Chissano

Moçambique

Portugal na formação das Forças Armadas

PÚBLICO DOMINGO, 17 DE JANEIRO DE 1993

tivos, com material e equipamento. Esta participação não tem a ver com o processo de cooperação na formação das Forças Armadas.

Para este projecto Portugal vai enviar para Moçambique uma centena de militares com a missão de formação e treino. Serão militares dos três ramos, sendo que a formação será feita por etapas. A prioritária, a pedido do Governo moçambicano, será a implantação de uma estrutura logística em todo o país e que possa posteriormente ser usada pela sociedade civil.

PORTUGAL PREPARA as modalidades de participação na formação das futuras Forças Armadas de Moçambique. Uma delegação portuguesa, chefiada pelo general Gonçalves Ribeiro, esteve em Maputo durante toda a semana em contactos com as autoridades moçambicanas. Antes do regresso a Lisboa, previsto para ontem, o enviado do ministro da Defesa confirmou numa conferência de Imprensa a informação já adiantada pelo PÚBLICO sobre a integração de um batalhão de comunicações na Força de capacetes azuis, envolvendo 300 efec-

namentais e da Renamo.

A França e a Grã-Bretanha também pretendem participar na formação das forças armadas moçambicanas, sabendo-se que Paris prefere incumbir-se da área naval e Londres já forma instrutores numa base que tem no Zimbabwe.

Trabalho excelente, foi como as diligências efectuadas pela delegação portuguesa foram qualificadas pelo delegado especial da ONU em Moçambique, Aldo Ajello. A delegação contou com a presença do futuro chefe da missão portuguesa, brigadeiro Albuquerque Gonçalves. ■ C.C.

UM INSTITUTO sul-africano de pesquisa indicou ontem que mais de 250 mil brancos estão a pensar em emigrar devido aos problemas económicos, ao crime e à instabilidade política do país. Os mesmos motivos têm reduzido a entrada de profissionais qualificados no país.

Fonte do Human Sciences Research Council disse que um "número assustador" de brancos, principalmente os de língua africânder que acabaram de sair de estabelecimentos de ensino, estão a pensar de ir para a África do Sul. "Mesmo que isto não signifique que toda esta gente esteja a dar passos reais no sentido de emigrar, os números nunca foram tão elevados", comentou Lawrence Schlemmer, do HSRS.

Os serviços centrais de estatística, do Governo, indicam que o número de profissionais que emigraram entre Janeiro e Setembro de 1992 foi apenas nove por cento mais elevado do que igual período de 1991. Mas outro funcionário governamental diz que as estatísticas oficiais poderão não reflectir exactamente o que se está a passar, até porque muito sul-africanos deixam o país de forma não-oficial.

"A única fonte de estatísticas sobre emigração é o formulário oficial que é preenchido antes das pessoas partirem. Mas é possível que uma grande percentagem dos emigrantes não indique que está a deixar o país para não voltar", disse um porta-voz do Ministério do Interior, citado pela Reuters.

Instabilidade política, aumento de criminalidade e problemas económicos são igualmente motivos que desencorajam profissionais estrangeiros a ir para a África do Sul. Um porta-voz governamental disse que mais de 1800 profissionais, incluindo engenheiros, médicos, contabilistas e professores, imigraram para a África do Sul em 1991, mas trata-se de um número inferior em 447 pessoas ao registado no ano anterior.

Aparentemente, as declarações de intenção de centenas de milhares de sul-africanos brancos em deixar o país radicam na inevitabilidade da partilha do poder no país. Durante os últimos dois anos o Governo, o Congresso Nacional Africano de Nelson Mandela, o partido Inkatha e diversos outros grupos políticos, na sua maioria representando a população negra, têm mantido conversações sobre a forma de acabar com o governo de minoria branca e eleger um governo multirracial. ■